

Estudo Técnico Preliminar 35/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23466.000332.2023-17

2. Descrição da necessidade

2. Necessidade da contratação

Os serviços terceirizados de prestação continuada no IFRN buscam atender as atividades administrativas e acadêmicas da Instituição. Através desses serviços, são realizadas as atividades que demandam o funcionamento do *Campus*, desde as atividades que compreendem a manutenção predial, assim como serviços de apoio técnico operacional nas áreas alimentação, portaria, saúde, ensino, direção veicular, sem as quais não seria possível manter a instituição em seu funcionamento pleno para que as atividades acadêmicas e administrativas fossem realizadas.

A Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores contempla esses serviços que, por sua natureza, é necessário ao Órgão, cuja paralisação pode ocasionar transtornos ao bom andamento das suas atividades. Os serviços solicitados se enquadram perfeitamente nessa essência, sendo de natureza continuada e, portanto, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

Dessa forma, a terceirização torna-se necessária, uma vez que este órgão não possui em seu quadro funcional servidores com as funções demandadas, características e atribuições para realização das tarefas informadas neste instrumento, tratando-se de cargos em extinção, cuja contratação pode ser objeto de execução indireta, conforme disposto no artigo 7º da IN nº 5/2017 da SLTI do MPOG “as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta”.

Atualmente o Campus Natal Cidade Alta do IFRN dispõe do Contrato emergencial nº 158/2023-PROAD/IFRN que contempla a contratação de serviços continuados de manutenção de bens móveis e imóveis (auxiliar de cozinha, auxiliar de saúde bucal, auxiliar de manutenção predial, copeiro, eletricista, porteiro, motorista, operador de máquina copiadora, pedreiro e servente), com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e fornecimento de insumos sob demanda.

Diante disso, se faz necessário e urgente a realização de nova contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra para atender a necessidade demandada pelo Campus Natal - Cidade Alta com o intuito de para cumprir com as atividades demandadas pela Instituição, com a disponibilização postos de trabalho, os quais deverão ficar à disposição do campus, que nesse cenário concerne aos postos de Merendeira, Motorista categoria D, Auxiliar de Saúde Bucal, Eletricista, Auxiliar de Manutenção Predial, Porteiro e Operador de Máquina Copiadora.

A contratação pretendida trata-se de um serviço planejado pela Instituição através do seu Plano de Atividades para o exercício corrente, no projeto estratégico - MA - Otimização dos gastos com contratos continuados, Etapa 4 - Execução dos contratos continuados com locação de mão-de-obra, Atividade: Contratação de Serviços de Manutenção Predial e Apoio Administrativo - ROCAS. Além disso, a presente contratação foi inserida no no Plano Anual de Contratações da entidade, conforme à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado conforme necessidade e conveniência da Administração por até 10 anos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção (Campus Natal - Cidade Alta)	Keyby Glecio Araujo dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. Requisitos da contratação

4.1. Para que os serviços sejam contratados e corretamente prestados, existem requisitos mínimos que a contratada deve possuir e comprovar, com apresentação dos documentos abaixo listados.

4.1.1 Em relação à **qualificação técnica na contratação**, entende-se necessária a apresentação Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato (s) de serviços continuados em quantidades compatíveis com o pleiteado neste processo. Será aceito o somatório de atestados, a fim de comprovar a quantidade mínima de postos exigida, desde que referentes a contratos executados concomitantemente. Nos termos do Acórdão 1.214/2013, somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. A apresentação de atestado comprovando que a contratada tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado deve referir-se a período não inferior a 1 (um) ano.

4.1.2. Comprovação quanto a inexistência de sanção que impeça a futura contratação, mediante consulta aos seguintes banco de dados:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- d) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br>).

4.1.3. A empresa contratada deverá possuir a seguinte **Habilitação Jurídica**, mínima necessária:

4.1.3.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.3.2. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

- a) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

4.1.4. A empresa contratada deverá possuir a seguinte condição de **regularidade fiscal e trabalhista**:

4.1.4.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

4.1.4.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.

4.1.4.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.1.4.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.1.4.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.1.4.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.1.5. Em relação à **qualificação Econômico-Financeira**, a empresa contrata deverá apresentar a seguinte documentação:

4.1.5.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

4.1.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade; é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

4.1.5.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

4.1.5.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

4.1.5.5. Declarar a inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação inclusive na vigência do contrato, caso venha a ser contratado pelo IFRN;

4.1.5.6. Apresentar Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial emitida nos últimos 90 (noventa) dias contados a partir da data realização da licitação;

4.1.5.7. Declarar que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos;

4.1.5.8. A empresa deverá estabelecer ainda medidas de controle necessárias a prestação dos serviços, através de elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e outros documentos previstos na legislação trabalhista e previdenciária, como o Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional

(PCMSO), , sendo o controle clínico de saúde realizado na admissão, demissão e periódico (anual) dos funcionários, emitindo o respectivo Atestado de Saúde Ocupacional (ASO);

4.1.5.9. Colocar à disposição mão-de-obra empregada nos serviços com os requisitos mínimos: Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares; Ter curso de formação ou experiência comprovada na área de atuação; Possuir atestado de sanidade física e mental e de bons antecedentes; Possuir habilidade para se relacionar com pessoas, sejam elas internas ou externas à Instituição, para atendê-las sempre com educação e cordialidade.

4.1.6. Outros Requisitos

4.1.6.1. A contratada deverá considerar que a contratante utilizará a Conta-Depósito Vinculada, de acordo com a IN 05/2017- SEGES/MPDG, a fim de realizar o provisionamento de recurso financeiro para fins de quitação de obrigações trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada.

4.6. A execução dos serviços se dará nos horários e escalas definidos pela Administração do *Campus* e compreenderá postos de trabalho com carga horária de 44h semanais, de segunda a sábado, podendo ser ajustados os horários para atendimento somente dos dias úteis, a critério da Administração, salvo o cargo de auxiliar de saúde bucal que terá a carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

4.6.1. O horário de execução das atividades poderá ser alterado, desde que haja solicitação formal da Administração do campus com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

4.6.2. Não há previsão de pagamento de horas extras ou pagamento de adicional noturno.

4.7. Quanto aos critérios de sustentabilidade ambiental, a Instrução Normativa nº 05/2017 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), no seu Art. 1º, aduz que os órgãos da Administração Pública, quando da contratação de serviços, os editais deverão prever que as empresas contratadas adotarão práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.

4.7.1. Dar preferência ao uso de materiais classificados como sustentáveis, ou de origem de matéria prima sustentável; Fazer uso racional de água, de energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;

4.7.2. A empresa deverá dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; para o uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos materiais empregados;

4.7.3 A empresa deverá apresentar declaração de sustentabilidade em que se comprometa a cumprir todos os critérios de sustentabilidade ambiental elencados neste documento.

4.8. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a descrição sumária da profissão, para as ocupações previstas neste instrumento são:

a) Merendeira (5132-05): Realizam a preparação de refeições, merendas e lanches nas unidades de ensino, a serem oferecidos aos alunos, para atender o Programa Alimentar da unidade escolar, seguindo o cardápio e normas de higiene estipulados pela CONTRATANTE, realizar guarda e controle de gêneros alimentícios, cuidados na limpeza e conservação dos utensílios e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, organizar e manter limpas as áreas da cozinha e depósitos de gêneros alimentícios.

b) Auxiliar de manutenção predial (5143-10): Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

c) Auxiliar em saúde bucal (3224-15): Planejam o trabalho técnico-odontológico em consultórios, clínicas, laboratórios de prótese e em órgãos públicos de saúde. Previnem doença bucal participando de programas de promoção à saúde, projetos educativos e de orientação de higiene bucal. Confeccionam e reparam próteses dentárias humanas, animais e artísticas. Executam procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista. Administram pessoal e recursos financeiros e materiais. Mobilizam capacidades de comunicação em palestras, orientações e discussões técnicas. As atividades são exercidas conforme normas e procedimentos técnicos e de biossegurança.

d) Eletricista (9511-05): Planejam serviços de manutenção e instalação eletroeletrônica e realizam manutenções preventiva, preditiva e corretiva. Instalam sistemas e componentes eletroeletrônicos e realizam medições e testes. Elaboram documentação técnica e trabalham em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.

e) Motorista (7824-05): Conduzem e vistoriam ônibus e trólebus de transporte coletivo de passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto a tarifas, itinerários, pontos de embarque e desembarque e procedimentos no interior do veículo. Executam procedimentos para garantir segurança e o conforto dos passageiros. Habilitam-se periodicamente para conduzir ônibus.

f) Porteiro (5174-10): Recepcionam e orientam visitantes e hóspedes. Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho.

h) Operador de máquina copiadora (4151-30): Operar Máquinas Fotocopiadoras, realizando tarefas de cópias e montagens de documentos; Receber, conferir, registrar e distribuir documentos a serem fotocopiados; Realizar serviços básicos de encadernações e plastificações; Executar serviços de limpeza no seu local de trabalho; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

4.9 O licitante deverá estar cadastrado e habilitado parcialmente no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, situação que será confirmada por meio de consulta “on-line”.

4.10. Declarar que instalará escritório na cidade de execução do serviço, ou em um raio máximo de até 150 km desta cidade (adequada ao lote para o qual apresentar proposta) a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, ‘a’, do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

4.11. Para auxiliar na apresentação das propostas as empresas poderão realizar vistoria, no campus, ocasião em que será firmada e emitida uma Declaração de Vistoria, tomando ciência das características e peculiaridades dos serviços, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de situações existentes. A empresa que optar em realizar a vistoria, deverá agendar junto à coordenação de serviços gerais e manutenção do campus, telefone 4005-0954, e-mail cosgem.cal@ifrn.edu.br, somente nos dias úteis, até dois dias úteis anteriores à data de abertura do pregão eletrônico. A empresa que optar em não vistoriar o campus contratante, DEVERÁ declarar, conforme modelo em anexo a ser disponibilizado no termo de referência, que assume todos os riscos provenientes da execução do contrato, tendo em vista que não serão aceitas reclamações posteriores.

4.12. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024/2019, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

4.13. A contratada deverá dispor de PREPOSTO NOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, com frequência de visitas semanais, com duração total de pelo menos 8 (oito) horas semanais, para dirimir dúvidas dos seus empregados e também do órgão contratante, no tempo hábil, realizar o repasse das atividades programadas da semana, acompanhar os serviços prestados pelos colaboradores, assim como o cumprimento da obrigatoriedade de uso dos EPIS's fornecidos pela contratada, sendo também necessário um canal de comunicação imediato (telefone/ whatsapp/e-mail) para o caso de sanar dúvidas urgentes e imprescindíveis, quando da ausência de preposto;

4.14. Na execução dos serviços pelos seus funcionários, a empresa deverá prover os seus trabalhadores de uniformes e equipamentos de proteção individual necessários à execução correta dos serviços em conformidade com as normas de segurança no trabalho, o que inclui a disposição dos equipamentos de Proteção Individuais (EPI) para cada empregado, assim como os materiais necessários à realização dos serviços.

4.15. A mão de obra será em regime de dedicação exclusiva, contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, sem previsão de SRP por motivo de referir-se a demanda devidamente conhecida.

4.16. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.17. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.18 O valor da proposta que a empresa apresentar deve levar em consideração, para os salários dos trabalhadores, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente para a categoria, com abrangência no município de Natal/RN onde serão fornecidos os serviços.

4.18.1 Para as categorias que não tiverem convenções vigentes, será utilizado como piso salarial o salário mínimo vigente no Estado;

4.18.2 O valor das tarifas de vale- transportes, para compor a planilha de formação de preços, deverá ser o estabelecido no decreto municipal ou resolução dos órgãos reguladores;

4.19 Os valores dos materiais que acompanham a prestação de serviços para a categoria estão elencados em planilha própria e seus preços tem como base uma pesquisa de mercado, chegando-se a um valor estimado, que irá compor a proposta total da empresa.

4.19.1 Em caso de um item não constar na planilha de materiais, mas que seja pertinente ou imprescindível ao fazer de um dos contratados, diante da demanda da contratante, a aquisição do item se fará permissível desde que comprovado o preço do item a ser adquirido através da apresentação de três orçamentos expedidos preferencialmente, por empresas atuantes nesse Estado e/ou Estado vizinho nesta ordem de prioridade. A obrigação da contratada em apresentar estes orçamentos não afasta a responsabilidade da contratante pela verificação, por seus próprios meios, da compatibilidade de preços com os praticados no mercado, especialmente naqueles itens de maior impacto nos custos com insumos.

4.19.2 O fornecimento dos materiais será por demanda, através de planilha enviada pelo fiscal do contrato preferencialmente no dia 15 do mês subsequente.

5. Levantamento de Mercado

5. Levantamento de mercado das possíveis soluções

5.1. Análise das alternativas possíveis encontradas para os serviços aqui pretendidos: considerando 3 soluções.

5.1.1. **Solução 1** - Contratação de serviços com fornecimento de insumos nas quantidades e periodicidades fixas e preestabelecidas: Os insumos são fornecidos em quantidades e periodicidades preestabelecidas. Esta metodologia é utilizada em outras instituições. Como os custos mensais com insumos são fixos, pode ocorrer o fornecimento de insumos em quantidades superiores à demanda, por exemplo em meses de recesso acadêmico, em que o consumo é menor neste caso onerando o custo do contrato.

5.1.2. **Solução 2** - Contratação de serviços com fornecimento de insumos sob demanda: Nesta metodologia, os insumos serão fornecidos à medida e na quantidade que a Administração necessitar. Esta flexibilidade possibilita o atendimento da demanda por insumos necessários aos serviços em condições normais ou atípicas, como por exemplo durante o recesso ou suspensão das atividades presenciais. Este modelo se adequa à utilização do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) com base na qualidade/quantidade dos serviços prestados. Essa metodologia já é utilizada pelo Campus Natal Cidade Alta no Contrato 186/2022 - PROAD /IFRN.

5.1.3. **Solução 3** - Contratação de serviços sem fornecimento de insumos: Esta metodologia implica na realização de outras licitações paralelas e interdependentes para a aquisição dos insumos necessários para a prestação dos serviços. Tal característica pode ocasionar a paralisação dos serviços por falta de insumos (em virtude de cancelamento de itens durante o pregão, atraso na entrega etc.) e requer um maior esforço de coordenação por envolver uma empresa prestadora de serviços e vários fornecedores de insumos.

Justificativa da solução escolhida

A solução escolhida é a 2 - contratação de serviços com fornecimento de insumos sob demanda. Entendemos que esta solução possibilita maior economia para a Administração, uma vez que prevê que os insumos serão fornecidos na periodicidade e quantidade em que forem necessários, o que permite a diminuição dos gastos em períodos de recesso ou de suspensão das atividades. Por fim, entendemos que esta solução permite um maior controle dos gastos com insumos relativos ao contrato.

E por fim, ressalta-se que o modelo proposto também se amolda as cobranças atuais dos órgãos de controle, quanto a uma gestão de serviços por resultados, uma vez que a cobrança dos serviços por metro quadrado, juntamente ao Instrumento de Medição por Resultado (IMR) permite o alinhamento entre as necessidades da organização e a qualidade dos serviços que estão sendo prestados.

Análise Mercadológica

Em levantamento realizado AO mercado local como em pregões de outros órgãos públicos federais no estado do Rio Grande do Norte, com objeto compatível com o que se pretende licitar, percebeu-se a existência diversas empresas atuam nesse este tipo de serviço. A seguir, serão elencadas algumas empresas que prestam este serviço no Rio Grande do Norte, algumas com contratos firmamos já no IFRN. Dessa forma, o mercado pode atender satisfatoriamente o requerido nessa contratação.

Empresa
PARAIBA SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI - CNPJ: 19.069.415/0001-40
FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI - CNPJ: 06.234.467/0001-82
LIMPSERV TERCEIRIZAÇÃO EM SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA - E (14.725.699/0001-61)
INNOVAR SERVIÇOS CORPORATIVOS LTDA - CNPJ: 27.189.662/0001-08
LEANDRO F TOME - CNPJ: 04.251.091/0001- 99
FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI - CNPJ: 06.234.467/0001-82

HGA TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI - CNPJ: 08.220.864/0001-20
FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVACAO PREDIAL EIRELI - CNPJ: 10.528.510/0001-90
CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA – EIRELI (02.567.270/0001-04)
VITA CONSTRUcoes, SERVICOS E -LIMPEZA EIRELI (07.605.255/0001-27)

6. Descrição da solução como um todo

6. Descrição da solução como um todo

A solução escolhida foi a realização de um certame licitatório por meio da modalidade Pregão Eletrônico a fim de contratar empresa para prestação de serviços continuado de manutenção predial, apoio técnico e operacional, com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais e equipamento necessários, em regime de empreitada por preço global, para atender as necessidades da IFRN campus Natal - Cidade Alta.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. Estimativa da quantidade a ser contratada referente a postos de trabalho

7.1. As quantidades de postos a serem contratadas foram obtidas a partir da atual demanda registrada no Campus, tomando como base as informações apresentadas pela área requisitante, conforme demonstrado a seguir:

Quadro com postos de serviços a serem contratados para o campus Natal Cidade Alta:

Item	Posto de Serviço	CBO	Qtd.	Carga Horária Semanal
1	MERENDEIRA	(5132-05)	2	44 h
2	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	(3224-15)	1	30 h
3	ELETRICISTA	(9511-05)	1	44 h
4	MOTORISTA CATEGORIA D	(7824-05)	1	44 h
5	PORTEIRO	(5174-10)	2	44 h
6	OPERADOR DE MÁQUINA COPIADORA	(4151-30)	1	44 h
7	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL	(5143-10)	2	44 h

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 752.203,32

8. Estimativa do valor da contratação

Para determinar o valor estimado da contratação, os valores dos postos de serviço foram calculados através da montagem da planilha de custo e formação de preços com base nos salários e benefícios estabelecidos para cada categoria envolvida na contratação, com base Convenções Coletivas de Trabalho (CCTS) vigentes ou mais atualizadas e no modelo e percentuais estipulados pela legislação vigente para esse tipo de serviço, e com base em pesquisa de preço dos materiais, EPI's, equipamentos e uniformes necessários, no Pannel de Preços.

Para o posto de Eletricista foi considerado o adicional de periculosidade de 30% do salário com base e para o posto de Auxiliar de Manutenção Predial, o adicional de insalubridade de 20%, tendo como referência o documento do IFRN "Laudo Pericial - Atividades de Prestação de Serviço" revisado em julho/2022, conforme documento em anexo.

Para o posto de Auxiliar de Saúde Bucal não se verificou Convenção Coletiva de Trabalho vigente, sendo utilizada como estratégia de estimativa de valor o uso do salário mínimo vigente (Medida Provisória nº 1.172, de 1º de Maio de 2023). Considerando ainda, como forma de auxiliar a estimativa do valor do posto, utilizou-se o laudo pericial nº021/2017 IFRN (anexo 01) que identificou o grau de insalubridade médio para função e orientou a aplicação de adicional de 20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva. Para ratificar, também foi realizada uma pesquisa de preço (anexo 04) através de análise dos contratos administrativos vigentes pelos Campus do IFRN e todos utilizam o mesmo cálculo para função da auxiliar de saúde bucal: salário mínimo vigente + adicional de insalubridade de 20% em função da última Convenção coletiva CCT RN226/2019 está fora da vigência.

As Convenções Coletivas de Trabalho (CCTS) utilizadas na estimativa seguem relacionadas no quadro abaixo.

POSTO	CONVENÇÃO	VIGÊNCIA
Auxiliar de cozinha	SINDLIMP - RN000035/2023	01/01/2023 à 31/12/2023
Eletricista	SINDLIMP - RN000035/2023	01/01/2023 à 31/12/2023
Pedreiro	SINDLIMP - RN000035/2023	01/01/2023 à 31/12/2023
Porteiro	SINDLIMP - RN000035/2023	01/01/2023 à 31/12/2023
Auxiliar de saúde bucal	Sem convenção vigente.	Salário mínimo a partir de 01/05/2023
Motorista	RN000278/2023	01/05/2023 a 30/04/2025
Operador de máquina copiadora	SINDLIMP - RN000035/2023	01/01/2023 à 31/12/2023
Auxiliar de Manutenção Predial	SINDLIMP - RN000035/2023	01/01/2023 à 31/12/2023

As convenções coletivas de trabalho acima **não** são de utilização obrigatória pelos contratados/licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento da convenção coletiva adotada por cada

licitante/contratante. Entretanto é de responsabilidade da futura contratada indicar, caso utilizado, a CCT que fundamenta sua proposta e no momento envio da proposta para a análise da comissão, a convenção coletiva deverá ser informada.

Para as categorias que não tiverem convenções vigentes, será utilizado como piso salarial o salário mínimo vigente no Estado.

O valor das tarifas de vales-transportes, para compor a planilha de formação de preços, deverá ser o estabelecido no Decreto municipal ou resolução dos órgãos reguladores.

Os recursos materiais requeridos à contratante neste documento para fins de realização dos serviços, uma vez fornecidos ao campus, passarão a ser de sua propriedade e responsabilidade, a exceção daqueles fornecidos em regime de comodato.

A estimativa do valor da contratação como um todo se encontra na tabela a seguir:

1.

1.1.

Quadro 1 - Planilha de Custos Resumo da Contratação							
Grupo	Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Quantidade de Meses	Valor Unit. Mensal R\$	Valor Total R\$
1	1	Auxiliar de Manutenção Predial – CATSER1627	Posto	2	12	6.926,24	166.229,44
	2	Auxiliar de Saúde Bucal – CATSER 5908	Posto	1	12	3.115,46	37.385,52
	3	Eletricista – CATSER 14354	Posto	1	12	7.379,70	88.556,40
	4	Merendeira – CATSER 22861	Posto	2	12	7.029,81	168.715,60
	5	Motorista Categoria D – CATSER 7824	Posto	1	12	11.031,56	132.378,72
		Operador de Máquina					52.980,00

	6	Copiadora – CATSER 4151	Posto	1	12	4.415,07	
	7	Porteiro Desarmado – CATSER 8729	Posto	2	12	4.414,86	105.956,
Valor Global Estimado da Contratação p/ 12 meses							752.203,

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução, quando necessária para a individualização do objeto

9.1. A solução será constituída por itens (sendo cada item correspondente a um posto a ser contratado), mas não será realizado o parcelamento da mesma (ou seja, os itens relativos ao campus comporão um mesmo grupo, de modo que a seleção do fornecedor seja feita por preço global do grupo de itens).

9.1.1. Optou-se por evidenciar os itens que compõem a solução, a fim de demonstrar, o custo unitário de cada posto. Tal medida proporciona um maior controle dos gastos públicos, uma vez que facilita a consulta aos custos de cada serviço a ser contratado, o que favorece a gestão orçamentária e financeira do contrato.

9.1.2. Optou-se pelo não parcelamento da solução (ou seja, pela adjudicação por preço global de grupo de itens), para não haver perda de economia em escala.

9.1.2.1. O parcelamento da solução (adjudicação por item) possibilitaria a contratação de várias empresas, o que implicaria em vários contratos, sendo um contrato por empresa. Como consequência, ocorreria o aumento das despesas administrativas do órgão contratante com a gestão e fiscalização de contratos, por exemplo. Ademais, cada contrato implica ainda em custos indiretos como a disponibilização de um preposto e da estrutura administrativa da empresa contratada. Portanto, a existência de vários contratos de manutenção predial representa perda de economia em escala. Neste sentido, o Tribunal de Contas da União reconhece que a prestação de todos os serviços de manutenção por uma única empresa “traz grandes vantagens, pois evita o excesso de procedimentos administrativos, tais como a realização de diversas licitações e a gestão de inúmeros contratos” (Acórdão nº 3334 /2015-Plenário/TCU).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade

A contratação foi inserida na atualização do Plano Anual de Contratações do ano de 2023, tendo em vista a necessidade de continuação na prestação do serviço e está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme planejado no projeto estratégico MA - Otimização dos gastos com contratos continuados, gerido pela PROAD, etapa 4 - Execução dos contratos continuados com locação de mão-de-obra. Logo, a contratação está alinhada com as soluções criadas no planejamento a fim de atender as demandas existentes conforme histórico das necessidades do Campus Natal - Cidade Alta do IFRN.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termo de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.

Espera-se com essa contratação, manter os serviços de manutenção predial e apoio operacional sem interrupção com o objetivo de zelar pelo bem sob responsabilidade da administração pública de forma eficiente e econômica, de modo a manter a boa conservação das instalações prediais do Campus Natal Cidade Alta do IFRN, garantindo a infraestrutura necessária a prestação de serviços a fim de contribuir com as demandas acadêmicas e administrativa desta unidades de ensino.

13. Providências a serem Adotadas

13. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização;

Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades desta tipologia de serviços.

Contudo, faz-se necessário a capacitação de servidores, em especial os que lidarão com a gestão e fiscalização do contrato, adequando seus conhecimentos ao modelo proposto, que além da fiscalização direta do servidor, também insere a fiscalização do público usuário dos serviços como parâmetro para medição da qualidade do que está sendo prestado, além de propiciar o conhecimento necessário a estes para que consigam realizar o mapeamento dos riscos durante a gestão do contrato e quando de cada prorrogação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento

A empresa CONTRATADA deverá zelar pela sustentabilidade fazendo aquisição e uso consciente dos materiais necessários à prestação dos serviços e atender as orientações descritas no GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS para as aquisições e uso dos materiais listados em Anexo ao Termo de Referência, a saber:

Tintas e Solventes:

Registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP ; Fabricante de produtos derivados de petróleo também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais; As embalagens de tintas usadas na construção civil serão submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequados dos resíduos de tintas presentes nas embalagens; Conceitua

embalagens vazias de tintas imobiliárias, como aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida. Sendo assim, orienta-se que esse tipo de recipiente seja direcionado para os canais tradicionais de reciclagem já disponíveis ao público em geral. O destinador final dos resíduos da construção civil deve estar registrado e regular no CTF-Ibama;

Veneno para formigas: o fabricante de desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas também deve estar registrado e regular no Cadastro Técnico Registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

Aparelhos elétricos em geral: Níveis de eficiência energética; Fabricante de aparelhos elétricos também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais; O eletrodoméstico possui a obrigatoriedade de apresentação da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição.

Detergente em pó: O fabricante de detergentes também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

Resíduos sólidos em geral ou rejeitos: Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente; São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; outras formas vedadas pelo poder público.

A empresa CONTRATADA deverá capacitar seus funcionários, conforme a área de atuação, periodicamente a fim de evitar possíveis contaminações e acidentes com o uso/manuseio de produtos que possam causar danos a saúde e/ou ao meio ambiente (fauna e flora).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento, pelos elementos presentes neste estudo, declara viável esta contratação de acordo com a solução escolhida para a necessidade e contexto atual do Campus Natal Cidade Alta do IFRN.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DALILA NATHALIA BEZERRA MAIA MATTOZO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 27/12/2023 às 08:55:46.

GUILHERME PORFIRIO PENHA

Equipe de apoio

KEYBY GLECIO ARAUJO DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TERCEIRIZAÇÃO-2017-LAUDO- todos os campi-021-R3.pdf (211.75 KB)
- Anexo II - MR4_2023.pdf (54.21 KB)
- Anexo III - PORTARIA DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO.pdf (80.79 KB)
- Anexo IV - pesquisa de preço.pdf (190.19 KB)

**Anexo I - TERCEIRIZAÇÃO-2017-LAUDO- todos os
campi-021-R3.pdf**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 03 (13/07/2022)	Data 01/09/2017	Folha 1 de 10
Tipo de Documento LAUDO PERICIAL			Identificação Nº: 021/2017	



LAUDO PERICIAL

ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE, RADIAÇÃO IONIZANTE E TRABALHOS
COM RAIOS-X OU SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS**

NATAL/RN
SETEMBRO / 2017
(revisão em julho/2022)

EQUIPE TÉCNICA

Gleydson de Oliveira Cavalcanti
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2105143148 - SIAPE 2143441

Augusto André Santos de Souza
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2113365715 SIAPE 1856401

Ricardo Luiz Machado
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2502054915 - SIAPE 1160020

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE



Código do Documento
TER-2017-LAUDO-todos os campi-021

Campus/Setor
Todos/Atividades terceirizadas

Revisão
03
(13/07/2022)

Data
01/09/2017

Folha
2 de 10

Tipo de Documento
LAUDO PERICIAL

Identificação
Nº: 021/2017

CONTROLE DAS REVISÕES

Nº	Descrição Sumária	Responsável	Data
01	Atualização do enquadramento para profissionais ASG que realizem limpeza de banheiros considerados públicos e de grande circulação de forma permanente e efetiva, conforme cláusula 12ª da convenção coletiva nº RN000021/2019.	Augusto André Santos de Souza Gleydson de Oliveira Cavalcanti	25/02/2019
02	Inclusão de enquadramento para o posto de Auxiliar de Manutenção Predial e remoção da previsão de adicional por radiação solar para os postos de Tratorista agrícola, Auxiliar de agropecuária e Trabalhador agropecuário em geral, conforme Portaria SEPRT Nº 1359/2019; Auxiliar de agropecuária e Trabalhador agropecuário em geral permanecem fazendo jus caso atuem em estábulos e cavalariças (folha 8).	Augusto André Santos de Souza Gleydson de Oliveira Cavalcanti	03/03/2020
03	Inclusão de funções e ajuste na base de incidência do percentual do adicional de insalubridade para algumas funções, conforme convenções coletivas.	Augusto André Santos de Souza	13/07/2022

Observações:

Gleydson de Oliveira Cavalcanti
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2105143148 - SIAPE 2143441

Augusto André Santos de Souza
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2113365715 SIAPE 1856401

Ricardo Luiz Machado
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2502054915 - SIAPE 1160020

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 03 (13/07/2022)	Data 01/09/2017	Folha 3 de 10
Tipo de Documento LAUDO PERICIAL			Identificação Nº: 021/2017	

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – IFRN

Endereço

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol – Natal/RN

CNPJ

10.877.412/0010-59

Nº. CNAE

Descrição CNAE

85.32-5

Educação Superior – graduação e pós-graduação

85.41-4

Educação profissional de nível técnico

Número total de Trabalhadores do IFRN

3.500

Grau de Risco

02 (Dois)

Horário de funcionamento

Administração: 07h00 às 22h00 [segunda a sexta-feira]

Local (is) da coleta de dados

Serviços sob o regime de execução indireta na Reitoria e todos os Campi

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 03 (13/07/2022)	Data 01/09/2017	Folha 4 de 10
Tipo de Documento LAUDO PERICIAL			Identificação Nº: 021/2017	

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. REFERÊNCIAL NORMATIVO.....	5
3. METODOLOGIA	5
4. AVALIAÇÃO DOS AMBIENTES DE TRABALHO	5

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 03 (13/07/2022)	Data 01/09/2017	Folha 5 de 10
Tipo de Documento LAUDO PERICIAL			Identificação Nº: 021/2017	

1. INTRODUÇÃO

O presente Laudo Pericial visa a caracterização dos possíveis agentes biológicos, físicos e químicos existentes nos ambientes laborais para concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade, com o objetivo de subsidiar os processos licitatórios da instituição na contratação de serviços sob o regime de execução indireta.

Este documento não exclui a responsabilidade da empresa contratada na elaboração dos seus próprios laudos periciais para fins de pagamento dos adicionais ocupacionais aos seus empregados, conforme previstos na legislação trabalhista.

A empresa deverá conhecer todos os ambientes laborais e os riscos relacionados a execução das atividades previstas no contrato de prestação de serviços a fim de estabelecer as medidas de controle necessárias, por meio da elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e outros documentos previstos na legislação trabalhista e previdenciária.

2. REFERENCIAL NORMATIVO

Este documento está embasado na Legislação abaixo:

Portaria 3.214/78, NR 15 e NR 16	Definem os agentes ambientais que fazem jus ao pagamento do adicional de Insalubridade e Periculosidade.
Convenções Coletivas aplicáveis	Regulamentam a concessão do adicional de insalubridade, periculosidade e dão outras providências.


3. METODOLOGIA

A metodologia adotada utiliza a avaliação qualitativa *in loco* e, se necessário, avaliação quantitativa.

A avaliação ocorreu no horário de funcionamento, com a presença de um acompanhante da instituição, onde foram coletadas informações, e assim avaliou-se: a rotina de trabalho, estrutura física do local, presença de agentes ambientais nocivos, uso de equipamento de proteção individual e a existência de proteção coletiva.

Após identificar os aspectos inerentes a cada função avaliada e ambiente laboral, procedeu-se a qualificação da insalubridade ou periculosidade.

Para avaliação quantitativa se utilizou o equipamento e metodologia a seguir:

Instrumento	Metodologia
 <p>Medidor de estresse térmico marca Instrutherm, modelo TGD200</p>	<p>O equipamento é instalado em um suporte de maneira que os sensores dos termômetros se posicionem na altura do tórax do trabalhador na situação de trabalho analisada. Adotando-se o critério de estabilização da FUNDACENTRO, onde a variação não pode ser superior a 0,2°C em um minuto, obtém-se a leitura para cada termômetro.</p>

4. AVALIAÇÃO DOS AMBIENTES DE TRABALHO

Apresentaremos na sequência a avaliação ambiental por função desempenhada nos Campi e Reitoria.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 03 (13/07/2022)	Data 01/09/2017	Folha 6 de 10
Tipo de Documento LAUDO PERICIAL			Identificação Nº: 021/2017	

FUNÇÃO	AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO	GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM		ADICIONAL A SER CONCEDIDO
		Tolerância Conhecida/ Tempo	Medição Efetuada/ Tempo	
- Administrador de edifícios - Armazenista - Auxiliar de serviços gerais – sem limpeza de banheiros públicos - Copeiro - Desenhista industrial - Encarregado de equipe de conservação de vias permanentes - Faxineiro - Servente de Limpeza - Mestre - construção civil - Motorista - Motorista de carro de passeio - Motorista de furgão ou veículo similar - Motorista de ônibus rodoviário - Motorista de ônibus urbano - Motorista leve - Operador de máquina copiadora - Porteiro de edifícios - Recepcionista - Supervisor administrativo - Supervisor de manutenção eletromecânica industrial, comercial e predial - Telefonista - Encarregado - Pedreiro - Auxiliar de pedreiro - Pedreiro de edificações - Servente de obras - Servente - Auxiliar de cozinha - Cozinheiro - Lavador de veículos - Jardineiro - Tratorista agrícola - Inspetor e supervisor de alunos	Não foram identificados riscos que se enquadrem na legislação como geradores do direito aos adicionais de insalubridade ou periculosidade.	Não se aplica	Não se aplica	Não há

MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS

Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA da empresa contratada.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 03 (13/07/2022)	Data 01/09/2017	Folha 7 de 10
Tipo de Documento LAUDO PERICIAL			Identificação Nº: 021/2017	

FUNÇÃO	AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO	GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM		ADICIONAL A SER CONCEDIDO
		Tolerância Conhecida/Tempo	Medição Efetuada/Tempo	
- Pintor	Químico: Pintura a pincel com esmaltes, tintas e vernizes diluídos em solvente contendo hidrocarbonetos aromáticos. Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13	Avaliação qualitativa	Exposição habitual	Insalubridade grau médio 20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.
- Piscineiro	Químico: Manuseio de álcalis cáusticos Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13	Avaliação qualitativa	Exposição habitual	Insalubridade grau médio 20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.
- Mecânico de refrigeração	Acidente: Energia elétrica Atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos em baixa tensão, energizados ou com possibilidade de energização acidental Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 16 – Anexo 4	Avaliação qualitativa	Exposição habitual Contato intermitente	Periculosidade 30% do Salário Base
- Operador de máquinas fixas em geral (laticínio)	Químico: Manuseio de álcalis cáusticos Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13	Avaliação qualitativa	Exposição habitual Contato intermitente	Insalubridade grau médio 20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.
MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA da empresa contratada.				

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE



Código do Documento
TER-2017-LAUDO-todos os campi-021

Campus/Setor
Todos/Atividades terceirizadas

Revisão
03
(13/07/2022)

Data
01/09/2017

Folha
8 de 10


Tipo de Documento
LAUDO PERICIAL

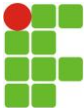
Identificação
Nº: 021/2017

FUNÇÃO	AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO	GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM		ADICIONAL A SER CONCEDIDO
		Tolerância Conhecida/ Tempo	Medição Efetuada/ Tempo	
- Auxiliar de agropecuária - Trabalhador agropecuário em geral	<p>Biológico em estábulos e cavalariças.</p> <p>Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 14</p>	Avaliação qualitativa	<p>Exposição habitual</p> <p>Contato permanente</p>	<p>Insalubridade grau médio</p> <p>20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.</p>
- Auxiliar de saúde bucal	<p>Biológico: Contato com os pacientes e manuseio de objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados</p> <p>Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 14</p>	Avaliação qualitativa	<p>Exposição habitual</p> <p>Contato permanente</p>	<p>Insalubridade grau médio</p> <p>20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.</p>
- Auxiliar de manutenção predial – atividades realizadas no Campus Caicó	<p>Químico: Pintura a pincel com esmaltes, tintas e vernizes diluídos em solvente contendo hidrocarbonetos aromáticos.</p> <p>Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13</p>	Avaliação qualitativa	<p>Exposição habitual</p> <p>Contato intermitente</p>	<p>Insalubridade grau médio</p> <p>20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.</p>

MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS

Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA da empresa contratada.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 03 (13/07/2022)	Data 01/09/2017	Folha 9 de 10
Tipo de Documento LAUDO PERICIAL			Identificação Nº: 021/2017	
FUNÇÃO	AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO	GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM		ADICIONAL A SER CONCEDIDO
		Tolerância Conhecida/ Tempo	Medição Efetuada/ Tempo	
- Bombeiro Hidráulico - Encanador	Químico: Manuseio de álcalis cáusticos Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13	Avaliação qualitativa	Exposição habitual Contato permanente	Insalubridade grau médio 20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.
- Eletricista de instalações (edifícios) - Eletricista de manutenção eletroeletrônica - Eletrotécnico - Instalador de linhas elétricas de alta e baixa - Técnico eletricista	Acidente: Energia elétrica Atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos em baixa tensão, energizados ou com possibilidade de energização acidental Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 16 – Anexo 4	Avaliação qualitativa	Exposição habitual Contato intermitente	Periculosidade 30% do salário base
- Vigilante - Operador de CFTV (Monitor de Sistemas Eletrônicos de Segurança)	Acidente: violência física Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial, telemonitoramento/telecontrole. Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 16 – Anexo 3	Avaliação qualitativa	Exposição habitual Contato permanente	Periculosidade 30% do salário base
MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA da empresa contratada.				

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 03 (13/07/2022)	Data 01/09/2017	Folha 10 de 10
Tipo de Documento LAUDO PERICIAL			Identificação Nº: 021/2017	
FUNÇÃO	AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO	GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM		ADICIONAL A SER CONCEDIDO
		Tolerância Conhecida/Tempo	Medição Efetuada/Tempo	
- Soldador	Físico: Radiação Não Ionizante Ultravioleta originado do processo de soldagem a arco elétrico e chama. Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 Anexo 07	Avaliação qualitativa	Exposição habitual Contato intermitente	Insalubridade grau médio 20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.
- Marceneiro	Químico: Manipulação de produtos contendo hidrocarbonetos aromáticos Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 Anexo 13	Avaliação qualitativa	Exposição habitual Contato intermitente	Insalubridade grau médio 20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.
- Auxiliar de serviços gerais – com limpeza de banheiros públicos	Biológico: Higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo. Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 Anexo 14	Avaliação qualitativa	Exposição habitual Contato permanente	Insalubridade grau máximo 40% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.
MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA da empresa contratada.				

Anexo II - MR4_2023.pdf

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

4/2023

Responsável pela Edição

DALILA NATHALIA BEZERRA MAIA

Data de Criação

24/10/2023 13:34

Objeto da Matriz de Riscos

Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e apoio técnico e operacional para o Campus Natal-Cidade Alta deste IFRN.

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Falha no dimensionamento da demanda a ser contratada com quantitativos subestimados	Especificação incorreta ou incompleta dos serviços ou quantitativos a serem contratados.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Falta ou excesso de pessoal e/ou materiais, comprometendo, assim, o cumprimento dos princípios da eficiência e economicidade na realização do certame.					
Ações Preventivas						
P-01	Planejar tempestivamente a contratação, levando-se em consideração as contratações anteriores e de outros órgãos, além de análise técnica detalhada pelo setor demandante da solicitação.			Responsável: GUILHERME PORFIRIO PENHA		
P-02	Analisar, revisar e adequar as especificações de serviços com base na última contratação da instituição.			Responsável: GUILHERME PORFIRIO PENHA		
Ações de Contingência						
C-01	Consultar a unidade demandante para verificar a especificação do serviço e o respectivo quantitativo, bem como ratificar quando houver alterações.			Responsável: GUILHERME PORFIRIO PENHA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Licitação deserta (descontinuidade do serviço) ou contratação por preço superestimado	Estimativa de preços fora dos valores praticados no mercado.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Contratação por preço elevado					
2	Insucesso na contratação (descontinuidade na prestação do serviço) - licitação deserta					
Ações Preventivas						
P-01	Capacitar os servidores do setor demandante na área de pesquisa de preço.			Responsável:	GUILHERME PORFIRIO PENHA	
P-02	Analisar o histórico de consumo e levantamento técnico dos quantitativos para obter informações condizentes com as reais necessidades do campus.			Responsáveis:	GUILHERME PORFIRIO PENHA, GUILHERME PORFIRIO PENHA, GUILHERME PORFIRIO PENHA, GUILHERME PORFIRIO PENHA, GUILHERME PORFIRIO PENHA	
P-03	Realizar extensa e adequada pesquisa de mercado em conformidade com a IN 65 /2021.			Responsáveis:	GUILHERME PORFIRIO PENHA, GUILHERME PORFIRIO PENHA, GUILHERME PORFIRIO PENHA, GUILHERME PORFIRIO PENHA, GUILHERME PORFIRIO PENHA, GUILHERME PORFIRIO PENHA, GUILHERME PORFIRIO PENHA, GUILHERME PORFIRIO PENHA, DALILA NATHALIA BEZERRA MAIA MATTOZO, DALILA NATHALIA BEZERRA MAIA MATTOZO	
Ações de Contingência						
C-01	Reavaliação do valor estimado da contratação			Responsáveis:	GUILHERME PORFIRIO PENHA,	

C-02

No caso de preço elevado, deve o pregoeiro negociar a redução dos valores propostos, tendo como parâmetro os valores máximos orçados no processo.

Responsáveis:

GUILHERME PORFIRIO PENHA,

GUILHERME PORFIRIO PENHA,

GUILHERME PORFIRIO PENHA

GUILHERME PORFIRIO PENHA,

GUILHERME PORFIRIO PENHA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	S u b dimensionamento de riscos	Falta de conhecimento dos processos críticos e/ou pontos de vulnerabilidade relacionados à execução contratual.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Não previsibilidade de problemas futuros na contratação					
Ações Preventivas						
P-01	Identificar os pontos de vulnerabilidade e definir medidas de enfrentamento adequadas.			Responsáveis: GUILHERME PORFIRIO PENHA, DALILA NATHALIA BEZERRA MAIA MATTOZO		
Ações de Contingência						
C-01	Em caso de problema não previsto, a gestão do campus deverá se reunir com gestores e fiscais do contrato para viabilizarem a melhor solução possível.			Responsáveis: CATIANE RODRIGUES DE FREITAS, GUILHERME PORFIRIO PENHA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Contratação de prestador de serviços sem desconhecimento dos condições de contratuais. cumprir o contrato.	Incapacidade operacional da contratada, obrigações de contratuais.	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
Impactos						
1	Comprometimento da qualidade dos serviços prestados em virtude da falta de capacidade operacional da empresa contratada					
Ações Preventivas						
P-01	Elaborar um Termo de Referência com quantitativos estimados, descrevendo a forma de gestão do contrato e as penalidades envolvidas no descumprimento das obrigações contratuais			Responsáveis: DALILA NATHALIA BEZERRA MAIA MATTOZO, GUILHERME PORFIRIO PENHA		
P-02	Incluir cláusulas no Termo de Referência e no Edital de licitação, solicitando apresentação de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto a ser contratado, quanto às características, prazos e quantidades.			Responsáveis: GUILHERME PORFIRIO PENHA, DALILA NATHALIA BEZERRA MAIA MATTOZO		
Ações de Contingência						
C-01	Registro deste agravante no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) e providenciar notificações à empresa contratada. Caso necessário, proceder com a aplicação das penalidades legais cabíveis			Responsáveis: GUILHERME PORFIRIO PENHA, CATIANE RODRIGUES DE FREITAS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Descumprimento das obrigações trabalhistas, bem como atraso no recolhimento das previdenciárias e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais pela contratada.	Atraso no pagamento dos funcionários, bem como atraso no recolhimento das previdenciárias e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.	Gestão de Contrato	Contratada	Extremo	
Impactos						
1	Dispêndio de tempo da gestão contratual para emitir notificações e elaborar possíveis processos de penalizações, podendo culminar até em rescisão contratual no caso de não regularização e/ou reincidência.					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhamento mensal da execução do contrato em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.			Responsável:	CATIANE RODRIGUES DE FREITAS	
P-02	Incluir no termo de referência a obrigação de abrir uma Conta-Depósito Vinculada			Responsável:	DALILA NATHALIA BEZERRA MAIA MATTOZO	
Ações de Contingência						
C-01	Glosa a partir do instrumento de medição de resultados (IMR)			Responsável:	CATIANE RODRIGUES DE FREITAS	
C-02	Aplicação de sanção.			Responsável:	CATIANE RODRIGUES DE FREITAS	
C-03	Em caso da não regularização e/ou reincidência, proceder com a rescisão contratual.			Responsável:	CATIANE RODRIGUES DE FREITAS	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Abandono do contrato pela empresa contratada	Não cumprimento do objeto do contrato, bem como as obrigações contratuais pela contratada.	Gestão de Contrato	Contratada	Extremo	
Impactos						
1	Comprometimento das atividades administrativas e acadêmicas do campus em virtude da interrupção da prestação do serviço.					
Ações Preventivas						
P-01	Definir adequadamente as exigências de habilitação técnicas, econômico /financeiras, garantias, conta vinculada/fato gerador.			Responsáveis: DALILA NATHALIA BEZERRA MAIA MATTOZO, GUILHERME PORFIRIO PENHA		

Ações de Contingência	
C-01	Executar a garantia, utilização da conta-vinculada, pagamento pelo fato gerador e aplicação de sanções. Responsável: GUILHERME PORFIRIO PENHA
C-02	Realizar nova contratação através da convocação de 2ºcolocado em licitação ou dispensa emergencial . Responsáveis: GUILHERME PORFIRIO PENHA, DALILA NATHALIA BEZERRA MAIA MATTOZO

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

DALILA NATHALIA BEZERRA
MAIA MATTOZO
Equipe de apoio

GUILHERME PORFIRIO
PENHA
Equipe de apoio

KEYBY GLECIO ARAUJO DOS
SANTOS
Equipe de apoio

**Anexo III - PORTARIA DE PLANEJAMENTO DE
CONTRATAÇÃO.pdf**



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
CAMPUS NATAL - CIDADE ALTA

PORTARIA Nº 430/2023 - DG/CAL/RE/IFRN

17 de outubro de 2023

O DIRETOR-GERAL DO **CAMPUS NATAL-CIDADE ALTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso de suas atribuições, delegadas através Portaria nº 1630/2022-RE/IFRN, de 27 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 29 de setembro de 2023, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 23466.000332.2023-17, de 16 de março de 2023,

R E S O L V E:

ATUALIZAR a equipe de planejamento da contratação de serviços de manutenção de bens móveis e imóveis e de apoio técnico e operacional, com mão de obra exclusiva para o IFRN - *Campus Natal - Cidade Alta*, designada pela [PORTARIA Nº 89/2023 - DG/CAL/RE/IFRN](#), conforme quadro abaixo:

SIAPÉ	Nome	Função
1928287	Keyby Glécio Araújo dos Santos	Requisitante/Fiscalização
1945252	Antonio Pereira da Silva Junior	Membro da equipe/Fiscalização
1825271	Guilherme Porfírio Penha	Demandante/Membro da equipe
1757590	Dalila Nathalia Bezerra Maia Mattozo	Membro Administrativo

**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE e REGISTRE-SE.**

(assinado eletronicamente por)
Ayres Charles de Oliveira Nogueira
Diretor-Geral do *campus* Natal - Cidade Alta
Portaria nº 1782/2020 - RE/IFRN, de 21 de dezembro de 2020

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Ayres Charles de Oliveira Nogueira, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG/CAL**, em 17/10/2023 15:37:36.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 17/10/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 625873
Código de Autenticação: d4acdf96e9



Anexo IV - pesquisa de preço.pdf

Código da UG Unidade Gestora	Nome da UG Unidade Gestora	Número do Contrato	CNPJ	Razão Social da Empresa	CPF	Nome completo (sem abreviações)	Categoria Profission al	Jornada de Trabalho (Semanal)	Salário Mensal Bruto (R\$)	Escolaridade exigida pelo cargo
158374	IFRN/CAMPUS PAU DOS FERRO	063/2020	06.538.799/0001-50	justiz terceirizacao de mao de obra e	089.302.714-64	SUZANE NAYARE DE SOUZ	322415	44	1.584,00	06 – ENSINO MÉDIO COMPLETO
158368	IFRN-NATAL ZONA NORTE	110/2021	06.234.467/0001-82	Futura Servicos Profissionais Administrativos Eireli	030.889.464-20	Edivania Lima de Melo	322415	44	1.584,00	00 - SEM EXIGENCIA
154582	IFRN - São Gonçalo do Amarante	51/2021	06.234.467/0001-82	FUTURA SERVIÇOS	107.495.974-45	Maria Elaine das Chagas Roc	322415	44	1.584,00	10 – CURSO TÉCNICO COMPLETO
158365	IFRN-MOSSORÓ	049/2018	09.172.237/0001-24	D&L SERVIÇOS	035.525.824-28	ANA ELISABETE DE MELO	322415	44	1.584,00	06 – ENSINO MÉDIO COMPLETO
158366	IFRN - CAMPUS CURRAIS NOVO	57/2018	09.172.237/0001-24	D & L Serviços de Apoio Administrativo LTDA	093.703.144-58	MARICELIA DOS SANTOS A	322415	44	1.584,00	06 – ENSINO MÉDIO COMPLETO
158367	IFRN - CAMPUS IPANGUAÇU	20/2018	07.360.290/0001-23	SERVAL SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA	026.526.394-80	ANA LUCIA BATISTA DO NA	322415	44	1.584,00	06 – ENSINO MÉDIO COMPLETO
158373	IFRN-JOÃO CÂMARA	045/2020	06.234.467/0001-82	FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIV	792.359.134-20	ELIENE ALVES DOS SANTO	322415	44	1.584,00	10 – CURSO TÉCNICO COMPLETO
154840	IFRN - SÃO PAULO DO POTENG	245/2018	09.172.237/0001-24	D & L Serviços de Apoio Administrativo LTDA	106.331.394-59	IARA MARIANA DIAS DE SA	322415	44	1.584,00	06 – ENSINO MÉDIO COMPLETO
158371	IFRN - APODI	207/2022	35.519.164/0001-04	JAGUARI EMPREENDIMENTOS EIRELI	942.385.964-04	IVONETE DA COSTA	322415	44	1.584,00	04 – ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
158369	IFRN-NATAL CENTRAL	283/2018	09.172.237/0001-24	D & L Serviços	768.934.643-04	MARIA DAS GRACAS DA SII	322415	44	1.584,00	00 - SEM EXIGENCIA
158370	IFRN - Caicó	065/2022	06.234.467/0001-82	FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIV	052.025.764-20	REGIANA LOPES FERREIR	3224-15	40	1.584,00	06 – ENSINO MÉDIO COMPLETO

Documento Digitalizado Público

ETP nº35/2023 RETIFICADO

Assunto: ETP nº35/2023 RETIFICADO
Assinado por: Dalila Mattozo
Tipo do Documento: Estudo preliminar - contratos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Dalila Nathalia Bezerra Maia Mattozo, ADMINISTRADOR**, em 27/12/2023 08:59:10.

Este documento foi armazenado no SUAP em 27/12/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1654792
Código de Autenticação: 69c11f426c

